



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Nayara Klopper Mota

**AUDITORIA INTERNA
E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS ORGANIZAÇÕES**

Rio de Janeiro

2018

Nayara Klopper Mota

Auditoria interna e sua importância para as organizações

Monografia de conclusão de Curso
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como exigência parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Profº Drº Natan Szuster.
Avaliadores: Profº Marcus Vinicius e Profª
Mônica Visconti.

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em especial aos meus pais, Nelson Leite e Nádia Pereira; a meu marido, Vitor Duarte; à minha irmã, Rafaella Klopper; e a meu sobrinho, Arthur Klopper.

Dedico a todos aqueles que acreditaram em mim e creram na minha capacidade até mesmo quando eu duvidava.

Dedico a meus amigos de longa data e professores que me auxiliaram a concretizar este projeto e contribuíram para minha formação.

Dedico a cada um que passou em minha vida, pois foram fundamentais para que fosse possível concluir essa minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pela força e pela fé durante esta longa caminhada;

Aos meus pais, Nelson e Nádia, pelo amor, carinho e por todo incentivo nesses anos de graduação, por terem me apoiado, acreditado no meu sonho e sonhado comigo;

Agradeço aos meus demais familiares que me acompanharam de perto ou de longe;

Ao meu marido, Vitor, por todo amor, compreensão e apoio;

Às minhas amigas Daleska Joia, Francine Moreira, Mariana Carvalho, Thamires Dias e Wellen Almeida;

A Natan Szuster, meu orientador, que ao longo desse processo soube identificar meus limites e incentivou-me a buscar o meu ideal.

Enfim, aos meus amigos e familiares,

Muito obrigada!

EPÍGRAFE

“É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender.”

Émile Durkheim

RESUMO

O presente trabalho trata da reflexão acerca da necessidade de reconhecer o papel da auditoria interna dentro de uma Organização, visto que a mesma tem a finalidade de desenvolver um plano de ação para auxiliar a organização a alcançar suas metas; aplicando uma abordagem sistêmica para a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, com o objetivo de crescer valor e melhorar as operações e resultados. Há cerca de cinquenta anos, a auditoria interna vem sendo adotada por organizações de médio e grande porte nos Estados Unidos, principalmente após a crise de 1929. Todavia, sua existência foi reconhecida há pouco mais de vinte anos, tendo em países como Inglaterra e Alemanha os pioneiros de sua implementação na Europa. No Brasil, a partir da década de 70, a auditoria interna passou a ter um papel mais relevante nas organizações, influenciadas pelo surgimento de filiais de grandes empresas estrangeiras e pela evolução do mercado de capitais, entre outros. Com base nesse contexto, este trabalho visa ressaltar a relevância da auditoria interna, tratando do seu papel nas empresas, bem como os desafios enfrentados com o nascimento das novas tecnologias de informação e comunicação. São abordados também modelos de sucesso, como o “Benchmarking”, que realiza a contratação de profissionais da auditoria que obtiveram sucesso em outras organizações, para implantar na empresa esses mesmos métodos bem-sucedidos. Saliento que é de extrema importância a realização da auditoria interna para o controle de riscos, transparência e desenvolvimento empresarial nas dinâmicas do mercado.

Palavras-chave: Auditoria Interna. Organização. Modelos de sucesso. Benchmarking

ABSTRACT

The subject of this project is to research about the real necessity of internal audit of an organization. As the finality of an organization is the development of an action plan which helps the organization to fulfill its goals, on a systemic approach of the evaluation of risk management, adding value and improving results and operations. In the last fifty years, internal audit has been adopted on medium and big organizations in the United States of America, especially after 1929 crisis. Although only twenty years starts to become recognition. European countries are pioneers on its implementation, as England and Germany. In Brazil, on the decade of 1970, internal audit began to have an important function on the organizations, between a few motives like: the influence by the entrance of international companies on Brazilian market; the evolution of the stock market. This research project has the objective to emphasize the importance of internal audit, approaching its function on business, as well as the challenge which came from the new technologies of information and communications. On the subject, we study success models as "Benchmarking", which contracts auditor who had success in others companies, to apply the same methods, once proved success before. I stress the extreme importance of internal audit to control risks, to development of transparency and to development of business dynamics on the market.

Keywords: Internal audit. Organization. Success models. Benchmarking.

LISTA DE SILAS E ABREVIATURAS

AUDIBRA - Instituto dos Auditores Internos de Contabilidade do Brasil

BACEN - Banco Central do Brasil

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna

CIA - Companhia

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1.	16
Figura 2.	17
Figura 3.	20
Figura 4.	21
Figura 5.	32
Figura 6.	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. MÉTODO DE ANÁLISE.....	11
2. ANÁLISE E RESULTADOS	12
2.1. A Origem da Auditoria	12
2.1.1. A história da auditoria no Brasil.....	13
2.2. Definição e Objetivos da Auditoria Interna	14
2.2.1. Definição de Auditoria Interna.....	14
2.2.2. Diferença entre Auditoria Interna e Auditoria Externa	15
2.2.3. Objetivos de Auditoria Interna	16
2.3. Gerenciamento de riscos.....	17
2.3.1. Matriz de Risco	19
2.4. Agregação de Valor.....	20
2.4.1. Grau de independência.....	21
2.4.2 Competência profissional.....	22
2.5. Planejamento do Trabalho.....	23
2.6. Benefícios e Desafios da Auditoria Interna	24
2.6.1. Desafios da Auditoria interna	24
2.6.2. Benefícios da Auditoria Interna	25
2.7. Utilização dos métodos de sucesso.....	26
3. ESTUDO DE CASO – COMPANHIA ABC	28
3.1. Procedimentos Metodológicos.....	28
3.2. Caracterização da Empresa – Companhia ABC	28
3.3. Análise dos Resultados.....	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Nas organizações modernas, nas quais as funções são segregadas em setores com o intuito de se atingir um único objetivo, torna-se imprescindível a existência de um departamento que esteja atento às oportunidades de melhorias.

Devido ao atual ambiente encontrado dentro das organizações, onde cada vez mais é necessária a utilização de informações fidedignas, que possam ser utilizadas na tomada de decisões, os administradores responsáveis pelos seus setores necessitam de uma ferramenta para certificar-se de que seus processos estão ocorrendo conforme o planejado.

Nessa perspectiva, dentre muitas outras existentes no dia-a-dia das organizações modernas, essa atividade e responsabilidade passou a ser encarada como parte da alta administração, pois, devido à necessidade de a mesma ser independente das demais áreas da empresa, ela deveria ter uma atuação como órgão de assessoramento (staff) da alta administração. Tendo sido definida como auditoria interna, por ter passado a ser entendida como segregação da auditoria externa ou independente.

A auditoria interna pode ser muito mais interessante em termos econômicos/financeiros para as companhias do que apenas os fatos expostos acima, até pela sua autonomia dentro das organizações. Como até um determinado momento a auditoria interna possuía apenas um papel meramente regulador e fiscalizador, algumas companhias terceirizaram seus departamentos de auditoria interna, integral ou parcialmente, o que fez surgir o auditor interno terceirizado, ou até mesmo extinguirem os seus departamentos de auditoria existentes.

Atualmente, muitas companhias antes de contratar os serviços de auditoria interna de terceiros, ou até mesmo para decidir sobre a existência de um departamento de auditoria interna, se questionam sobre o retorno que este investimento pode gerar. E é por tal fato que se busca, no decorrer deste trabalho, compreender qual a expectativa de retorno sobre o papel do auditor interno nas organizações.

Este trabalho almeja demonstrar de uma forma geral a importância de se evidenciar, por meio da pesquisa bibliográfica, os benefícios que a auditoria interna pode trazer para as organizações no atual cenário mundial, em termos financeiros e

econômicos. Além disso, visa também demonstrar os desafios enfrentados pela auditoria interna e todas as vertentes que envolvem os seus trabalhos.

Como objetivos específicos, têm-se:

- I. Evidenciar a definição e os objetivos da auditoria interna;
- II. Demonstrar de que forma a auditoria interna pode agregar valor a uma Organização;
- III. Identificar e demonstrar os desafios enfrentados pela auditoria interna e tudo o que envolve o seu trabalho, a partir de um estudo de caso.

1. MÉTODO DE ANÁLISE

O método adotado na realização desta dissertação consiste de métodos científicos para a obtenção de resultados relevantes ao assunto abordado. Nesse sentido, o método utilizado nesta pesquisa foi a análise de dados secundários, como maneira de ser possível adentrar no tema. Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico e análise desses dados secundários. Assim, a partir de uma pesquisa qualitativa, guiada por uma revisão bibliográfica, foi possível dissertar sobre a auditoria interna.

Para iniciantes em pesquisa, o mais importante deve ser a ênfase, a preocupação na aplicação do método científico, do que propriamente a ênfase dos resultados obtidos. O objetivo dos principiantes deve ser a aprendizagem quanto as formas de percorrer as fases do método científico e a operacionalização de técnicas de investigação. À medida que o pesquisador amplia o seu conhecimento na utilização de procedimentos científicos, torna-se cada vez mais hábil e capaz de realizar pesquisas (BARROS, LEHFELD 2000). Somente a partir do suporte teórico de autores que dialogavam com a temática escolhida, foi possível trilhar um caminho para a compreensão e solidificar argumentos para a formulação dessa análise.

2. ANÁLISE DE RESULTADOS

2.1. A origem da Auditoria

A auditoria surgiu como resultado da precisão da confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do Imposto de renda estabelecido nos resultados apurados em balanços. Sua evolução ocorreu com o desenvolvimento econômico, foi aí então que começaram a surgir as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na comprovação dos registros contábeis a proteção a seu patrimônio. (CREPALDI, 2002)

A profissão do auditor data do século XVIII, quando alguns profissionais se autoneavam contadores públicos, executando, porém, um trabalho pouco mais aprofundado do que aquele efetuado pelos contadores comuns. Já no século XIX, aparece o denominado perito contador, cuja função básica era a de descobrir erros e fraudes. A partir de 1900, a profissão do auditor tomou maior impulso através do desenvolvimento do capitalismo, tornando-se uma profissão propriamente dita. Em 1934, com a criação da Security and Exchange Commission, nos Estados Unidos, a profissão do auditor criou um novo estímulo, pois as companhias que transacionavam ações na Bolsa de Valores foram obrigadas a utilizar-se dos serviços de auditoria, para dar maior fidedignidade às suas demonstrações financeiras.

O berço da moderna auditoria foi a Inglaterra, que a exportou para outros países, inclusive para o Brasil, juntamente com seus investimentos, principalmente para a construção e administração de estradas de ferro e outros serviços de utilidade pública. (SANTI, 1988)

De acordo com Schrader (1976), com o desenvolvimento da indústria e do comércio, verificou-se que os auditores internos tinham na realidade funções mais amplas, além da conferência de valores e documentos, transformando-se de meros “conferentes e revisores” em “olhos e ouvidos” da administração.

No século XIX, a auditoria tinha um foco na investigação acerca da descontinuidade dos negócios, ou seja, era tida como a Auditoria Anual de Balanços. Nos dias atuais, a auditoria interna evoluiu em sua aplicação, buscando uma opinião

confiável e um alcance mais amplo, abrangendo o complexo organizacional como um todo, tendo seu foco voltado para as áreas relativas ao controle interno e para o apoio gerencial, o que fez surgirem outras formas de Auditoria, tais como: de qualidade, operacional, financeira, de sistemas, de recursos humanos, etc.

2.1.1. A história da auditoria no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento da auditoria sofreu a influência de filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras; financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais; crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas; evolução do mercado de capitais; criação das normas de auditoria promulgadas pelo BACEN (Banco Central do Brasil) em 1972; e criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei de Sociedades Anônimas em 1976.

O trabalho de auditoria deve ser adequadamente planejado, e, quando executado por contabilistas assistentes, ou seja, pessoal com nível técnico, estes precisam ser convenientemente supervisionados pelo auditor responsável. Stephen Charles Kanitz (2006) menciona que o primeiro parecer de auditoria brasileiro foi tornado público em 1903. Ele, no entanto, se refere a um parecer emitido pela Clarkson & Cross, em 9 de abril de 1903, relativamente ao exame dos livros da São Paulo Thamway, Light and Power Company, na sua matriz em Toronto, Canadá; a menção nele contida de que “examinamos, também, os recebimentos da filial de São Paulo...” não permite determinar se eles mantinham escritórios no Brasil ou se enviaram auditores de Toronto para aquela expressa finalidade.

Sabe-se, porém que, pela alteração contratual assinada em Londres, em 1911, por Sir Henry Thomas McAuliffe, Alfred Edward Maidlow e David Bell, a firma de auditoria McAuliffe Davis Bell & Co., a agora extinta Arthur Andersen S/C, já mantinha estabelecimento no Rio de Janeiro desde 21 de outubro de 1909, do qual David Bell era sócio residente.

Está igualmente documentado que, em 1915, a firma Price Waterhouse, tendo-se incorporado com a W. B. Peat & Co. E Touche Faller & Co., na América do Sul, abriu escritório no Rio de Janeiro, transferindo Richard Wilson, então gerente em Nova Iorque, para dirigi-la.

Apesar de formalmente organizada em 26 de março de 1957, quando foi formado o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil, em São Paulo, a auditoria foi oficialmente reconhecida apenas em 1968, por ato do Banco Central do Brasil. O fortalecimento da atividade, todavia, ocorreu em 1972, por regulamentação do Banco Central, do Conselho Federal de Contabilidade e pela formação de um órgão nacional para congregação e auto regulação dos profissionais, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

2.2. Definição e Objetivos da Auditoria Interna

2.2.1. Definição de auditoria Interna

Em março de 1995 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovou a NBT T12, por meio da resolução do CFC de número 750, que conceitua a auditoria interna como sendo um conjunto de procedimentos técnicos que têm por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais. Podemos ainda encontrar as seguintes definições e objetivos para a Auditoria Interna:

- Atividade de avaliação independente e assessoramento da administração;
- Área responsável por garantir o melhor cumprimento das políticas traçadas;
- Órgão de staff voltado para o exame e avaliação de todas as áreas da empresa;
- Órgão que deverá promover a melhoria contínua dos controles internos da companhia;
- Atividade de avaliação dos sistemas de controle e do desempenho das áreas perante suas atribuições e objetivos;
- Órgão facilitador de processos, que deverá agir proativamente para garantir que o produto final esteja chegando ao consumidor com qualidade;
- Atividade que deve fornecer subsídios à administração na tomada de decisões.

Adicionalmente, com base nas definições acima, poderíamos ainda

acrescentar a conceituação inicial do CFC, que os procedimentos técnicos visam a uma avaliação de amplo alcance através do acompanhamento e verificação da:

- Fidedignidade, integridade da auditoria interna e tempestividade das informações contábeis geradas na organização;
- Observância, por parte dos membros da organização, aos regulamentos, procedimentos e políticas;
- Economicidade no acompanhamento e emprego de recursos;
- Adequação dos controles internos existentes às necessidades da empresa, além do assessoramento à gestão empresarial em plano diversificado.

Embora a conceituação do que é Auditoria Interna ainda seja bem abrangente, segundo resolução do CFC, algumas empresas começaram a mudar o foco das suas equipes de auditores internos, que antes eram voltadas para a identificação de erros quanto à correta utilização nos sistemas de controles internos. Nos dias atuais, começam a focar na melhoria do processo para a diminuição dos riscos existentes.

2.2.2. Diferença entre Auditoria Externa e Auditoria Interna

De maneira geral, o trabalho executado pela Auditoria Interna é idêntico àquele executado pela Auditoria externa, visto que: 1) ambas realizam seus trabalhos utilizando-se das mesmas técnicas de auditoria (como técnica de amostragem, por exemplo); 2) ambas têm sua atenção voltada para o controle interno como ponto de partida de seu exame (na auditoria externa, quanto maior o controle da Companhia, menor é o número de evidências a serem testados) e formulam sugestões de melhorias para as deficiências encontradas; 3) e ambas modificam a extensão de seu trabalho de acordo com as suas observações e a eficiência dos sistemas contábeis e de controles internos existentes.

Entretanto, os trabalhos executados pelos Auditores Internos e Externos têm suas diferenças básicas caracterizadas por:

Figura 1: Diferenças entre Auditoria externa e auditoria interna

Elementos	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Sujeito	Profissional independente	Auditor interno (funcionário da empresa)
Ação e objetivo	Exame das demonstrações financeiras	Exame dos controles operacionais
Finalidade	Opinar sobre as demonstrações financeiras	Promover melhorias nos controles operacionais
Relatório principal	Parecer	Recomendações de controle interno e eficiência administrativa
Grau de independência	Mais amplo	Menos amplo
Interessados no trabalho	A empresa e o público em geral	A empresa
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal.	Trabalhista
Numero de áreas cobertas pelo exame durante um período	Maior	Menor
Intensidade dos Trabalhos em cada área	Menor	Maior
Continuidade do trabalho	Periódico	Contínuo

Fonte: Crepaldi, Silvio Aparecido (2011)

2.2.3. O objetivo da Auditoria Interna

Em concordância com a AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil (1995), a missão básica da Auditoria Interna é: emitir opinião conclusiva ou considerações a respeito das operações examinadas; avaliar os fluxos, sistemas, plano de controle interno e desempenho da organização ou de qualquer um de seus segmentos; auxiliar a Alta Administração e demais membros do corpo gerencial da organização a se desincumbirem de maneira eficaz de suas responsabilidades.

Segundo Paula (1999), a identificação de erros e desvios seria, portanto, uma consequência, e não um objetivo em si mesmo. Porém, encontramos muitos autores e até mesmo diretores de organizações que ainda definem a identificação de erros e desvios como um dos objetivos principais da Auditoria Interna.

A função da Auditoria Interna é independente de avaliação, pois esta foi criada para examinar e avaliar suas atividades, como um serviço prestado dentro da

própria companhia. A proposta é que a auditoria interna possa auxiliar os membros da administração, fornecendo-lhes análises, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas às atividades examinadas. Diante do que foi exposto, os que enxergam a Auditoria Interna como um mero órgão fiscalizador estão subjugando a capacidade que esta tem de gerar retornos e benefícios para a companhia.

Na figura a seguir, demonstramos o ciclo da auditoria interna.

Figura 2: Ciclo da Auditoria Interna



Fonte: FOCUS Consultoria e Treinamento (2017)

2.3. Gerenciamento de riscos

À luz de Paula (1999), a função da moderna Auditoria Interna deixou de ser a de simplesmente assessorar a administração da companhia, na tomada de decisões e fornecimento de avaliações, para algo mais objetivo e rentável, que é o

gerenciamento de riscos. Para entendermos melhor sobre gerenciamento de riscos, faz-se necessário defini-lo, assim, o risco do negócio é a ameaça que um evento ou ação possa afetar, de forma adversa, na habilidade da organização em maximizar o valor para os acionistas, e realizar os objetivos traçados para o negócio.

Riscos do negócio existem tanto na possibilidade do não acontecimento de oportunidades, quanto na possibilidade de que as ameaças se materializem. Quando falamos de riscos, podemos dividi-los em seis categorias, a saber, algumas delas são:

- **Risco Operacional** – avalia a possibilidade de a companhia não alcançar seus objetivos e metas, por não poder identificar e manejar os riscos de modo a dotar de integridade, eficácia e eficiência suas operações e preservar seus ativos;
- **Risco Financeiro** – fato que pode gerar perda financeira para entidade;
- **Riscos de Tecnologia da Informação** – possibilidade de a tecnologia da informação com que se conta não funcionar segundo o previsto e vir a comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação;
- **Risco de Informação para a Tomada de Decisões** – possibilidade de a informação destinada a respaldar as decisões institucionais ser incompleta, antiquada, inexata, tardia, não guardar relação com o processo de tomada de decisões e não comunicar adequadamente, interna ou externamente;
- **Risco de controle** – “é o risco de que um erro ou classificação indevida de materiais que possam constar de uma afirmação não sejam evitados ou detectados tempestivamente pelos controles internos da entidade” (BOYNTON, 2002, p.182);
- **Risco inerente** – “é suscetibilidade de uma afirmação a um erro ou classificação indevida relevante, supondo que não haja controles internos que com ela se relacionem” (BOYNTON , 2002, p.181); e
- **Risco de negócio** – Os riscos de negócios no processo decisório ou nas operações diárias estão relacionados com o controle interno. Nesse caso, ausência de concorrência feita para compra de materiais pode gerar preços e condições desvantajosos para a organização.

Durante o processo de auditoria, os riscos devem ser avaliados de acordo

com o impacto e a sua probabilidade. Isso serve para que seja criado, em conjunto com a área auditada, o plano de ação para a mitigação dos riscos existentes, depois de identificados os riscos e fragilidades dos sistemas de controles internos.

Ressalta-se que esses riscos não precisam ser concretizados para que sejam criados mecanismos de controle para mitigar o efeito dos mesmos. Um dos papéis da Auditoria Interna, no gerenciamento do risco, é identificar estes riscos e criar os controles passíveis de mitigar o risco ou até mesmo melhorar os controles já existentes (PAULA, 1999).

As auditorias internas sempre possuem certa dificuldade em definir suas prioridades de atuação, então costuma definir-se previamente um modelo de avaliação ao qual denomina-se **Matriz de Risco**. Esta normalmente é baseada em uma metodologia desenvolvida pelos próprios auditores internos.

O objetivo da Matriz de Risco é mapear, mensurar e hierarquizar as principais vulnerabilidades existentes na organização, com o intuito de direcionar os trabalhos da Auditoria Interna e delimitar seu escopo e profundidade. Adicionalmente, visa fomentar uma “cultura de risco” na organização e a consecução do “Gerenciamento de Risco” por parte do seu corpo executivo – devidamente assessorado pela Auditoria Interna – incorporando-o como atividade inerente às suas funções administrativas (VANCA, 2002).

2.3.1. Matriz de Risco

Identificados os principais riscos, o auditor faz a classificação de riscos de alta e baixa probabilidade, e riscos de alto e baixo impacto sobre a possibilidade de os planos da empresa serem atingidos.

A classificação de riscos é realizada após processo de auditoria, mediante atribuição de pontos a cada critério previamente definido na avaliação dos riscos, na qual a totalização desses pontos deve ser processada eletronicamente gerando o relatório matriz de risco. Esse relatório serve de suporte para o auditor estabelecer as prioridades e diretrizes. A matriz do risco é considerada uma ferramenta que permite ao auditor, diante de um universo a ser auditado, definir e priorizar os sistemas com maior necessidade e espaço de tempo para serem auditados.

A seguir, a figura 3 apresenta o nível de riscos de auditoria tomando-se por

base a avaliação dos controles internos.

Figura 3: O Nível do risco de auditoria

ALTO RISCO	BAIXO RISCO
- Área que envolve o alto risco global	- Área que envolve baixo risco global
- Experiência negativa em trabalhos anteriores	- Experiência positiva em trabalhos anteriores
- Componentes que envolvem alto risco específicos	- Componentes que envolvem baixo risco específico
- Montantes relevantes	- Montantes irrelevantes
- Controles internos deficientes	- Controles internos adequados
- Necessidades de julgamento subjetivo	- julgamento subjetivo desnecessários

Fonte: JUND (2005, p. 388)

Ao avaliar os riscos, o auditor faz sugestões que permitem o aprimoramento do controle interno, produzindo informações mais fidedignas para tomada de decisões por parte da administração.

2.4. Agregação de valor

Conforme vimos nos capítulos anteriores, a auditoria interna tem por principal função auxiliar a administração da empresa na organização da mesma, sendo desde a simples identificação de riscos até a tomada de decisões.

Neste processo de auxiliar a alta administração da empresa, a auditoria interna tem direcionado seus projetos para que estes de alguma forma agreguem valor para a companhia. Além dos valores financeiros envolvidos, agregar valor está pura e simplesmente ligado ao fato de que, com uma atuação correta da auditoria interna, em que se desenvolvem as melhores práticas de controles internos da empresa, gera-se maior confiança e transparência nas transações e/ou até mesmo uma melhor imagem da empresa perante seus acionistas e investidores.

2.4.1. Grau de independência

Para que possamos avaliar o grau de independência de um departamento de auditoria interna, faz-se necessária a definição do que pode ser caracterizado como independência.

Segundo o AUDIBRA (1995), a independência situa-se não apenas no livre acesso a informações, documentos e dependências da organização, mas, principalmente, na liberdade de programar seus trabalhos, executá-los e relatar os resultados consoante sua livre iniciativa, sem interferência. A independência permite aos auditores internos exercerem julgamento imparcial e sem tendenciosidade, que é essencial à realização de uma boa auditoria. O posicionamento dos auditores na organização, sua objetividade, sua autonomia gerencial e o respaldo fornecido pela Alta Administração são fatores preponderantes para essa independência.

No organograma a seguir (figura 4), demonstramos o ideal posicionamento do departamento de auditoria interna dentro da empresa, para que a mesma possua o maior grau de independência possível. Este posicionamento tem por finalidade dar maior autonomia e funcionalidade para o departamento de auditoria interna, tendo em vista que este departamento deve sempre buscar o maior grau de independência, preenchendo os mesmos pré-requisitos exigidos dos auditores externos ou independentes.

Figura 4: Organograma da auditoria interna



Fonte: Estrutura Organizacional com auditoria interna (ALMEIDA, 2009)

Vale ressaltar que, mesmo nos casos em que a auditoria interna seja exercida pelos próprios funcionários da empresa, ou até mesmo terceiros, em caráter permanente ou temporário, o auditor interno deve exercer sua função com total obediência às normas de auditoria, e o vínculo contratual (temporário ou permanente) não lhe deve tirar a independência profissional, pois sua subordinação à administração deve ser apenas sob o aspecto funcional.

Outro ponto que merece certa relevância é que os auditores internos não devem assumir responsabilidades no setor operacional da empresa, mas se ocasionalmente forem incumbidos de trabalho que não o de auditoria, devem deixar claro que não estão atuando na qualidade de auditores internos e sim como meros executores.

2.4.2. Competência profissional

Podemos entender por competência profissional o conhecimento do auditor interno para a execução dos trabalhos de auditoria. De acordo com a Norma Brasileira De Contabilidade (2014), o princípio da competência e zelo profissionais impõe a todos os profissionais da contabilidade as seguintes obrigações:

- Manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível necessário para que clientes ou empregadores recebam serviço profissional adequado;
- Agir diligentemente de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis na prestação de serviços profissionais.

A prestação de serviço profissional adequado requer o exercício de julgamento fundamentado ao aplicar o conhecimento e a habilidade profissionais na prestação desse serviço. A competência profissional pode ser dividida em duas fases distintas: 1) Atingir a competência profissional; e 2) manter a competência profissional.

A manutenção da competência profissional adequada requer a consciência permanente e o entendimento dos desenvolvimentos técnicos, profissionais e de negócios pertinentes. Os desenvolvimentos técnicos contínuos permitem que o profissional da contabilidade desenvolva e mantenha a capacitação para o desempenho adequado no ambiente profissional.

Dessa forma, o profissional da contabilidade deve tomar as providências adequadas para assegurar que os que estão trabalhando sob sua autoridade tenham treinamento e supervisão apropriados. Contudo, quando apropriado, o profissional da contabilidade deve informar os clientes, empregadores ou outros usuários de seus serviços profissionais sobre as limitações inerentes dos serviços que por ele serão prestados.

2.5. Planejamento do trabalho

De acordo com ATTIE (1992), por planejamento deve-se entender o trabalho de preparação para um serviço. Compreende objetivos definidos, segundo roteiros, métodos, planos e programas a serem observados por etapas e com sólidas bases técnicas.

O planejamento do trabalho consiste na fase inicial do projeto, onde serão definidos os objetivos, do projeto e da própria auditoria, a serem alcançados, conforme exemplificado abaixo:

- Prever as horas necessárias para a execução do trabalho;
- Estabelecer racionalmente a extensão dos diversos procedimentos de auditoria;
- Facilitar o controle sobre o desenvolvimento do trabalho e sobre o tempo que se gasta nele;
- Fazer com que o auditor realize o exame de forma adequada e eficiente, para atingir os objetivos do projeto dentro de um espaço de tempo razoável;
- Desenvolver o programa de trabalho a ser seguido pelo auditor e/ou a equipe de auditores;
- Determinar os conhecimentos necessários para execução do programa de trabalho;
- Evitar a sobrecarga de trabalho.

Esses objetivos, na fase de planejamento, visam evitar tanto o desperdício das horas orçadas (as ocorrências de horas extras, por exemplo) quanto a distribuição das tarefas incompatíveis com a capacidade técnica e/ou experiência

dos auditores, bem como evitar que a equipe desconheça o objetivo do trabalho ou perca o foco durante a execução do ofício de auditoria, além de ter como objetivo o remanejamento de pessoal de última hora.

É possível dividir o planejamento em fases, tais quais: 1) priorizar os processos e/ou áreas que consistem em identificar os principais processos e/ou áreas da companhia; 2) selecionar os processos e/ou áreas – depois de identificados, devem ser selecionados os processos e/ou áreas a serem auditadas; 3) definir amostragem dos testes de auditoria. Para esta, deve ser levado em conta o total da população e a margem de segurança que a auditoria quer obter, sendo que quanto maior a margem de segurança maior a quantidade total de testes a serem realizados.

Além do mais, na fase do planejamento em que deve se preparar o cronograma de evolução do trabalho (equivalente à definição dos processos e/ou áreas da amostra a ser testada), a auditoria deve preparar um cronograma temporal do trabalho para que o seu cliente possa efetuar o acompanhamento do mesmo. Por fim, é necessário preparar o programa de trabalho que consiste na última fase do planejamento, onde serão “desenhados” os testes e os caminhos a serem percorridos pela auditoria, para que esta possa alcançar os objetivos do trabalho.

2.6. Benefícios e desafios da Auditoria Interna

2.6.1. Benefícios da Auditoria Interna

A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do Imposto de Renda, baseado nos resultados apurados em balanços. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, gerado pelas grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na confirmação dos registros contábeis a proteção ao seu patrimônio.

A auditoria interna encontra-se em constante desafio pelo desenvolvimento da tecnologia, pelo rápido desdobramento natural das empresas, pela intensidade das mudanças exigidas pelo mercado e pela necessidade da criação de novos meios de

a companhia angariar recursos. Esses fatores fazem também com que os auditores internos se desenvolvam e gerem cada vez mais benefícios para os gestores da companhia (clientes).

Grande parte destes novos desafios surgiu com o rápido desenvolvimento da tecnologia, o que fez com que os auditores internos recorressem ao desenvolvimento e suporte da área tecnológica. Esta busca ao desenvolvimento tecnológico, fez com que os auditores fossem atrás de um maior conhecimento sobre os recursos tecnológicos disponíveis e viram os mesmos como ferramenta para redução das horas trabalhadas. A partir da necessidade de aliar a auditoria à tecnologia que surge a figura do auditor de sistemas. Sobre este último ponto, falaremos mais a frente no decorrer deste trabalho.

2.6.2. Desafios da Auditoria Interna

Attie (1992) afirma que a meta da auditoria é a aceitação do mais alto escalão da empresa através de um trabalho valioso e objetivo que possibilite ser solicitado a fornecer informações sobre determinados eventos. Sabe-se que a auditoria interna tem o objetivo de adicionar valor à organização através da avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e da governança corporativa. Desse modo, a auditoria interna cumpre o seu papel através das recomendações para melhoria do processo, resultantes de sua avaliação sobre o objeto auditado, as quais estão presentes em seu processo de comunicação do resultado do trabalho.

Há ainda os que trabalham basicamente em avaliações de conformidade, se limitando apenas a identificar e reportar as não conformidades. Algumas nem discutem as ações necessárias para que estas não conformidades não ocorram novamente, com o argumento de se assim fizer, podem colocar sua independência em perigo.

No entanto, a auditoria de conformidade é o trabalho mais confortável para o auditor, pois é uma situação com resultado binário, isto é, ou está conforme ou não conforme; além disso, o paradigma para avaliação é uma Lei, regulamento, política, norma e/ou procedimento. Atualmente, se torna cada vez mais importante avaliar a conformidade dos processos operacionais, principalmente em setores da economia com alto nível de regulamentação; contudo, tratar apenas da conformidade é muito

pouco para uma atividade que quer ser reconhecida como parceira do negócio.

A atividade de auditoria interna começa a fazer diferença na organização quando aplica sua metodologia para avaliar a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e do sistema de controles internos. Denominamos este trabalho de auditoria operacional, o qual tem por objetivo avaliar a eficiência, eficácia e economicidade do objeto avaliado, que pode ser um processo operacional, um segmento de negócio, um projeto, ou um programa de governo.

O grande desafio para o auditor, nesse trabalho, é que o paradigma de avaliação, neste caso, são as melhores práticas de gestão, o que requer uma visão de negócio mais abrangente do auditor, além de um maior poder de persuasão. Em suma, os auditores internos não devem, em momento algum durante sua jornada, se esquecer de que ocupam posições privilegiadas dentro da organização, pois os mesmos podem vislumbrar a companhia como só um pólo.

2.7. Utilização de métodos de sucesso

O fato das empresas buscarem no mercado modelos de sucesso já de outras companhias para implementação em determinados departamentos e/ou segmentos da companhia já não é algo inédito, dando-se a isto o nome de Benchmarking.

Com a contratação de equipes de auditores internos terceirizados e/ou com experiência em outras indústrias, aumentam a possibilidade de que estes ao realizarem seu trabalho utilizem modelos de sucesso implementados em outras companhias, já auditadas anteriormente pelos membros da equipe, para sugerir mudanças na área e/ou companhia a ser auditada.

A utilização destes modelos de sucesso de fato não afeta o código ético da profissão, uma vez que, ao sugerir a implementação dos mesmos parâmetros já utilizados anteriormente em outras companhias, os auditores não devem citar o nome da companhia auditada, exceto em situações em que estes possuam uma autorização prévia da alta administração da mesma.

Vale ressaltar que, além da utilização de modelos de sucesso para sugerir melhorias na companhia auditada, os auditores internos também costumam se aproveitar do material já utilizado em trabalhos anteriores, seja em áreas similares

de outras companhias ou até mesmo em trabalhos já realizados na companhia a ser auditada, como modelos iniciais para facilitar o andamento do trabalho e um menor consumo de horas, como exemplo citamos alguns normalmente utilizados para facilitar o trabalho dos auditores internos:

- Programas de trabalho realizado em áreas similares;
- Modelos de papéis de trabalho realizados em áreas similares;
- Relatórios de trabalhos realizados em áreas similares;
- Matrizes de risco de trabalhos anteriores interligados com a área a ser auditada;
- Dados estatísticos utilizados em trabalhos anteriores, para dimensionamento da área;
- Estudos específicos realizados anteriormente, seja sobre a companhia ou até mesmo seu segmento de atuação; etc.

3. ESTUDO DE CASO – COMPANHIA ABC

3.1. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é um procedimento racional e sistemático que possibilita encontrar respostas aos problemas apresentados, quando não se possui a informação, ou a informação disponível está desorganizada (GIL, 2010). No entanto, para atestar a veracidade dos dados obtidos, é substancial a adoção de um método de pesquisa adequado (VERA, 1980), que é classificado em conformidade com a abordagem, os objetivos e procedimentos técnicos empregados no estudo (VERGARA, 2006).

Quanto à abordagem, o estudo é caracterizado como qualitativo, visto que buscou identificar quais as vantagens e desvantagens da auditoria interna nas Companhias privadas. No que se refere aos seus objetivos, a pesquisa é caracterizada como descritiva, uma vez que intenciona identificar características (HAIR JR. et al., 2005) e determinar as relações de causa e efeito (MALHOTRA, 2010).

Quanto à estratégia, este estudo enquadra-se como estudo de caso, por evidenciar a auditoria interna dentro do contexto de uma Companhia Privada. O procedimento técnico adotado foi da observação direta das atividades da instituição e de entrevistas com funcionários capacitados da área em questão (auditoria interna) para captar as explicações e interpretações do que ocorrem na Companhia ABC.

3.2. Caracterização da Empresa – Companhia ABC

Empresa do setor de Shopping Centers, é uma das líderes do mercado, com mais de 40 anos de atuação. Com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, a Companhia é uma associação entre a empresa pioneira no mercado brasileiro de Shopping Centers, criada em 1972, e o fundo de investimentos estrangeiro.

Ao longo dos anos, a Companhia passou por várias e sérias mudanças e transformações, enfrentando crises, recessões, endividamentos, entre outros problemas comuns que passam a maioria das empresas para sobreviver no Brasil. A empresa sempre apresentou espírito empreendedor e procurou estar à frente em

seu setor. Por isso, a empresa esteve constantemente disposta a investir em qualquer novidade tecnológica que se revertesse em melhorias, seja na eficiência em custos, na rapidez no atendimento ou em qualquer outra forma que agregasse valor em seus serviços e desses bons resultados.

Atualmente, com mais de 40 anos de atuação no mercado e presença nas cinco regiões do país, a Companhia está entre as cinco maiores empresas do setor no Brasil, atuando diretamente na gestão de empreendimentos próprios e de terceiros, através de seu portfólio composto por 21 shoppings em operação e 2 novos projetos.

3.3. Análise dos Resultados

Atualmente na Companhia, objeto dessa pesquisa, é realizada a auditoria interna na Matriz, na Filial e em alguns Shoppings. A auditoria inicialmente visita esses Shoppings para verificar se os processos estão sendo corretamente aplicados.

Para o ano de 2017, a mesma acompanhou processos em 15 shoppings, acompanhamento esse realizado aleatoriamente em processos de compras (vide figura 5), com o objetivo de verificar o cumprimento da política da Companhia e verificar se o sistema de compras estava funcionando devidamente (auditoria de T.I). Hoje em dia, ainda é um pouco descentralizado o processo de compras, visto que em alguns shoppings a gestão não é da Companhia ABC, nesses casos a auditoria interna não realiza nenhum trabalho, visto que o Shopping está sob gestão de outra empresa, ou seja, outros processos e políticas.

Para uma melhor análise, a auditora interna foi questionada, sobre os procedimentos que hoje são realizados. Segundo ela, existe um Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e um Relatório Anual de Auditoria Interna, tal relatório é disponibilizado para o Conselho da Administração e para o investidor estrangeiro (fundo).

A finalidade do Plano Anual de Auditoria Interna é definir temas e macroprocessos que serão trabalhados pelas unidades de auditoria interna da Companhia ABC, indireta e diretamente, no exercício seguinte ao de sua

elaboração. Todo o planejamento de auditoria, assim como datas e o que será auditado está descrito no plano anual. Em 2016 o plano anual de auditoria interna, não foi elaborado, pois ainda estava sendo formado o setor de auditoria interna da Companhia.

Já para o ano de 2017, a elaboração do plano anual e do relatório anual, foi seguida de forma rigorosa como determina as políticas da Companhia na qual descreve o que o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) deve conter (vide figura 6).

A elaboração do plano anual de auditoria interna de 2017 contou com uma nova ferramenta da auditoria operacional, denominada “gestão de risco”, sendo que para a instituição foi um grande avanço, pois essa ferramenta viabilizará informações mais seguras e confiáveis para a gestão. Cabe ressaltar que essa ferramenta foi implementada para atender uma solicitação do investidor estrangeiro, pois o mesmo queria ter mais confiança nos processos elaborados pela Companhia, visto que o mesmo possui um grande investimento na Companhia.

O responsável pela auditoria interna da Companhia informou que é de competência da matriz toda a elaboração e orientação para a realização da auditoria, conforme Manual de Auditoria Interna da Coordenadoria de Auditoria Interna.

A avaliação dos controles internos hoje é executada na Matriz como um controle paralelo à auditoria, sendo que a realização desse controle é feita através de questionamentos ao gestor de cada setor. De acordo com o que for respondido, é avaliado se há um controle interno e se esse controle atende satisfatoriamente às demandas ou não. Além desse questionamento, há a análise semanal do funcionamento dos sistemas, através da auditoria interna de T.I, na qual esse relatório é encaminhado ao responsável pela auditoria interna da Companhia que analisa os dados e adiciona o resultado em seu relatório. Posteriormente, o relatório é encaminhado para o conselho de administração (o relatório final é apresentado na reunião anual do conselho e aos auditores externos da Companhia).

As auditorias nos processos de compras seguem o mais próximo possível a diretriz composta no PAINT. Tendo em vista que a análise total das compras se torna inviável, a auditora seleciona-as por amostragem, que conforme definição da Norma Brasileira Contábil 11.11.1.7 é a aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou

classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionados, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a população.

Para fazer a seleção dos processos a serem auditados, a auditoria interna utiliza a amostragem não estatística, a qual é realizada por experiência, critério e conhecimento do auditor sobre a instituição. Conforme Chaves (2011, p.69) “deve haver um aprofundamento nas análises para verificar eventuais danos ao erário pela ausência de execução completa [...]”. Outra técnica utilizada na auditoria de compras é a amostragem sistemática, a qual se refere à seleção de processos em determinados intervalos. Como, por exemplo, após a auditoria interna apontar quantas amostras devem ser analisadas, a mesma realiza a técnica de amostragem sistemática.

Para que isso seja possível é utilizada uma fórmula na qual o número total de processos é dividido pelo número de amostragem que será utilizado. Caso haja uma população de 200 processos de compras, e desse total 15 devem ser avaliados, o intervalo para obtenção de amostra será 13 ($200/15= 13,333$). A cada treze processos, será analisado um, sendo que esse é o intervalo. Para realizar a análise dos processos de compras, após a definição das amostras, o auditor utiliza além das diretrizes do plano anual de auditoria interna, um check-list (elaborado pela própria CIA) no qual já estão pré-determinados os pontos que serão analisados.

Posteriormente à realização da auditoria, é emitido o relatório com as recomendações a serem providenciadas pelos gestores de cada setor. Caso não sejam realizadas as devidas considerações indicadas no relatório, de acordo com a resposta fornecida pela própria auditoria em questionário constante no apêndice, “os gestores deverão justificar a implementação, ou não, da recomendação, informando ao auditor as providências que estão sendo tomadas para adequação das impropriedades apontadas”.

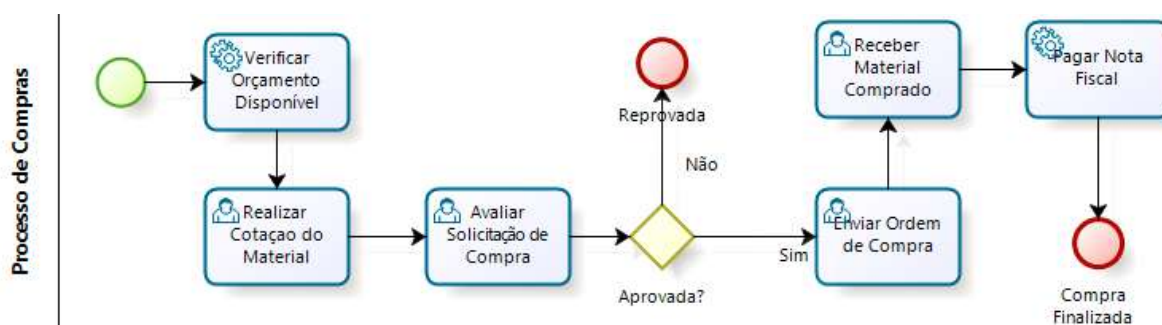
O relatório é também revisado pelo auditor chefe que, somente após a revisão e aceite do mesmo, será emitido o relatório final para a análise da gestão da Companhia. Atualmente a auditoria é aplicada apenas por cinco membros da equipe de auditores, a qual conta com 17 auditores distribuídos entre a Matriz (RJ) e a filial de SP, tendo como principal objetivo na aplicação de auditoria a conformidade legal.

A partir das informações coletadas com a equipe de auditoria interna da Companhia, ficou evidente que, além das leis utilizadas para a conformidade legal,

muitas avaliações são embasadas pelos pontos levantados pela Auditoria Externa, visto que a Companhia sofre anualmente auditoria externa (na matriz, filiais e fundo), a qual no final do trabalho elabora o Relatório de Recomendações Internas (RCI).

Ficou claro ainda que todos os dados são repassados à direção no final do processo de auditoria, porém uma vez que a auditoria interna ainda está em fase de amadurecimento na Companhia (a mesma começou a ser implementada em setembro de 2016), as informações repassadas são apenas apontamentos de procedimentos com inconformidades e não dados para melhor gerir a instituição. Com isso, compete apenas ao diretor receber os apontamentos e disponibilizá-los aos coordenadores de cada setor, para que estes solucionem as inconformidades.

Figura 5: Processo de compras da Companhia ABC



Fonte: Fluxograma da área de compras da Companhia (2017)

Figura 6: índice do Plano Anual de Auditoria Interna

ÍNDICE

1. Objetivo	04
2. Apresentação	04
3. Auditoria baseada no risco	04
4. Abrangência	05
5. Avaliação e gerenciamento dos riscos	06
6. Processos identificados	06
6.1. Captação de recursos	07
6.2. Aplicação de recursos	07
6.3. Gestão de benefícios	07
6.4. Atendimento ao cliente	07
6.5. Gestão administrativa da [REDACTED]	08
6.5.1. Gestão de recursos humanos	08
6.5.2. Gestão da tecnologia da informação	08
6.5.3. Assessoramento jurídico	08
6.5.4. Gestão de serviços administrativos	08
6.5.5. Contabilidade, Tesouraria e Controladoria	09
7. Metodologia	09
7.1. Premissas do estudo para a determinação de prioridades de trabalho	09
7.2. Prioridade e Freqüência dos trabalhos de auditoria	10
7.3. Elaboração da Matriz de risco	10
7.4. Definição de prioridades	11
7.5. Periodicidade	11
8. Considerações finais	12
9. Anexo I	14
9.1. Planejamento das Atividades da Auditoria Interna	14
9.2. Definição de prioridades em função do risco	16
9.3. Gráfico de exposição	18
9.4. Programação estimada em quantidade de dias e horas de trabalho	19
9.5. Apuração da quantidade de horas úteis no período por funcionário	21
9.6. Cronograma de execução	22
10. Anexo II	24
10.1. Plano de trabalho operacional	24
10.2. Plano de trabalho regulatório	25
11. Anexo III	29
11.1. Programação de visitas às Unidades Operacionais	29
10. Anexo IV	30
11.1. Planejamento detalhado por área de atuação	30

(Fonte: Plano Anual de Auditoria Interna da Companhia (2017))

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de refletir acerca do estudo realizado, é possível concluir que os auditores internos são profissionais que têm por função contribuir com as organizações, auxiliando os gestores na criação e desenvolvimento de novos controles, extinguindo, quando aplicável, qualquer controle meramente burocrático, objetivando a melhoria do ambiente organizacional e suas ferramentas.

A realização dos trabalhos de auditoria interna visa também desincumbir os gestores das áreas e/ou companhias auditadas de suas atividades burocráticas com eficiência e eficácia. Tanto que, em algumas empresas, já é possível identificar um novo modelo de atuação da auditoria interna, em que estes deixam a figura de “Auditor” para atuar como “Consultor”.

Vale ressaltar que existe atualmente uma linha tênue entre auditores e consultores, esta linha pode ser observada inclusive nos trabalhos da auditoria externa ou independente. Alguns dos fatos que levaram o auditor interno a esta linha tênue entre consultoria e auditoria foi a redução de custos gerada pelo desenvolvimento tecnológico e pela necessidade de se ganhar fôlego para a competitividade de um mundo globalizado.

Com a automação dos processos, o auditor interno, em algumas empresas, passou a ser o responsável pelo acompanhamento nas áreas recém-automatizadas. Este acompanhamento costuma ser realizado por meio de follow-up, ou seja, o auditor verifica se as ações a serem realizadas estão no cronograma e de acordo com o planejado.

Portanto, com a necessidade de se ganhar fôlego para a competitividade de um mundo globalizado, o auditor interno ganhou outro importante papel, o de agregar valor para a companhia e/ou seus clientes, tanto pela redução imediata dos custos quanto pela diminuição dos riscos que possam causar prejuízos futuramente.

Por vezes, fica difícil mensurar o valor agregado de um departamento de auditoria interna, pois algumas destas falhas e/ou até mesmo dos erros identificados não são passíveis de valorização monetária. Destarte, esta é uma pesquisa que se encontra em fase de andamento e amadurecimento intelectual. Levar a cabo esse trabalho foi um desafio cujas proporções não se poderiam dimensionar, ao princípio da caminhada, porém o acúmulo conceitual pode ser considerado enriquecedor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. São Paulo: Atlas, 2009, pg. 590.

AUDIBRA. Congresso Latino Americano de Auditoria Interna. **Revista do Auditor**. São Paulo, ano II, nº 10, dez. 1995.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. São Paulo, Atlas, 1992.

BARROS A.J.P. de; LEHFELD, N.A.de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOYNTON, William C. et al. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

C.F.C. - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas da Auditoria Interna**. Resolução 986/03, de 1º de janeiro de 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002. Pg. 468.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Origem, evolução e desenvolvimento da auditoria. Disponível em: < <http://www.classecontabil.com.br/artigos/origem-evolucao-e-desenvolvimento-da-auditoria> >. Acessado em: 25/03/2017

Evolução da Auditoria no Brasil. Disponível em: <<http://www.magnusauditores.com.br> >. Acessado em 25 /03/2017.

FURTADO, Daiani. **Auditoria e suas vantagens**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/auditoria-interna-e-suas-vantagens/30910/>>. Acessado em 29/03/2017.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 175 p.

HENDRIKSEN, E. S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. **Controles Internos Contábeis e Alguns Aspectos de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.

KANITZ, Sthepen. **Ponto de Vista: A origem da corrupção**. Veja de 2 de junho de 2006.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – NBC. Pg. 100. 24 de janeiro de 2014.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria Interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico.** São Paulo, Atlas, 1999.

POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SANTI, Paulo Adolpho. **Introdução à auditoria.** São Paulo, Atlas, 1998. 253 p.

SCHRADER, Kurt F. Auditoria Interna. 2º Edição. São Paulo, Atlas, 1976.

VANCA, Paulo M.; COCURULLO, Antonio. **A importância da Gestão de Riscos nos processos da auditoria.** Price Waterhouse Coopers, 2002.